



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1259/1993

Que estabelece a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Passa Quatro e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA PREFEITURA.**

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Passa Quatro, para a execução de obras e serviços de responsabilidade do Município, é constituída dos seguintes órgãos, diretamente subordinados ao Prefeito Municipal:

I – Órgão de assessoramento:

1. Gabinete do Prefeito.

II – Órgãos Auxiliares:

1. Secretaria de Administração;
2. Secretaria de Planejamento e Finanças.

III – Órgãos de administração específica:

1. Secretaria de Educação;
2. Secretaria de Obras e Meio Ambiente;
3. Secretaria de Saúde;
4. Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo
5. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Bem Estar Social.

CAPÍTULO II **DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS**

Seção I **Do Gabinete de Prefeito**

Art. 2º O Gabinete do Prefeito tem por finalidade:

I – prestar assistência ao Chefe do Executivo em suas relações político-administrativas com os munícipes, órgãos e entidades públicas e privadas e associações de classe e comunitárias;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

II – realizar as atividades de relação públicas da Prefeitura.

Seção II **Da Secretaria de Administração**

Art. 3º A Secretaria de Administração terá sob sua responsabilidade o Departamento de Recursos Humanos e o Departamento de Material e Patrimônio e tem por finalidade:

I – manter relações político-administrativas com os munícipes, órgãos e entidades públicas e privadas e associações de classes e comunitárias;

II – preparar e expedir a correspondência do Prefeito;

III – preparar, registrar, publicar e expedir os atos do Prefeito;

IV - organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade os originais de leis, decretos, portarias e outros atos normativos pertinentes ao Executivo Municipal;

V – receber, distribuir, controlar o andamento e arquivar os papéis de Prefeitura;

VI – defender, em juízo ou fora dele, os direitos e interesses do Município;

VII – promover a cobrança judicial da Dívida Ativa do Município ou de quaisquer outras dívidas que não forem liquidadas nos prazos legais;

VIII – assessorar o Prefeito nos atos executivos relativos a desapropriações, alienações e aquisição de imóveis pela Prefeitura e nos contratos em geral;

IX – participar de sindicâncias e inquéritos administrativos e dar-lhes orientação jurídica conveniente;

X – manter atualizada a coletânea de leis municipais, bem como a legislação federal e estadual de interesse do Município;

XI – propiciar assessoramento jurídico aos órgãos da Prefeitura.

§1º O Departamento de Recursos Humanos tem por finalidade:

I – executar atividades relativas ao recrutamento, à seleção, ao desenvolvimento, à seleção, ao desenvolvimento, à remuneração, à integração e a manutenção dos recursos humanos;

II – executar atividades relativas ao planejamento, organização, direção, coordenação e controle dos recursos humanos e aos demais assentos de pessoal.

§2º O Departamento de Material e Patrimônio tem por finalidade:

I – promover a realização de licitações para obras e serviços necessários às atividades da Prefeitura;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

II – executar atividades relativas à padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle do material utilizado na Prefeitura;

III – executar atividades relativas ao tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e imóveis;

IV – conservar, interna e externamente, os prédios públicos municipais, móveis e demais instalações;

V – manter a frota de veículos e o equipamento de uso geral da Administração, bem como a sua guarda e conservação.

Seção III

Da Secretaria de Planejamento e Finanças

Art. 4º A Secretaria de Planejamento e Finanças tem por finalidade:

I – executar a política fiscal do Município;

II – elaborar, em colaboração com os demais órgãos da Prefeitura a proposta orçamentária anual e a do orçamento plurianual de investimentos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Municipal;

III – acompanhar e controlar a execução orçamentária;

IV – cadastrar, lançar e arrecadar as receitas municipais e fazer a fiscalização tributária;

V – receber, pagar, guardar e movimentar os numerários e outros valores do Município;

VI – processar a despesa e manter o registro e os controles contábeis da Administração financeira, orçamentária e patrimonial do Município;

VII – preparar os balancetes, bem como o balanço geral e as prestações de contas de recursos transferidos para o Município por outras esferas de Governo;

VIII – fiscalizar e fazer a tomada de contas dos órgãos de administração centralizada encarregados da movimentação de numerário e outros valores;

IX – prestar assessoramento ao Prefeito em matéria de planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação das atividades desenvolvidas pela Prefeitura;

X – coordenar a elaboração, atualização e execução dos planos municipais de desenvolvimento, bem como de elaborar projetos, estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento das políticas estabelecidas pelo Governo Municipal;

XI – coordenar o controle da execução físico financeira dos planos municipais de desenvolvimento, assim como avaliar seus resultados;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

XII – estudar e analisar, juntamente com as demais Secretarias, o funcionamento e organização dos serviços da Prefeitura, promovendo a execução de medidas para o seu aprimoramento.

Seção IV Da Secretaria da Educação

Art. 5º A Secretaria de Educação tem por finalidade:

I - elaborar os planos municipais de educação de longa e curta duração, em consonância com as normas e critérios do planejamento nacional da educação e dos planos estaduais;

II – executar convênios com o Estado no sentido de definir uma política de ação na prestação do ensino de 1º grau, tornando mais eficaz a aplicação dos recursos públicos destinados à educação;

III – realizar, anualmente, o levantamento da população em idade escolar, procedendo sua chamada para a matrícula;

IV – manter a rede escolar que atenda preferencialmente à zonas rurais, sobretudo aquelas de baixa densidade demográfica ou de difícil acesso;

V – promover campanhas junto à comunidade no sentido de incentivar a frequência dos alunos à escola;

VI – criar meios adequados para a radiação de professores na zona rural ou, ainda, para dar-lhes as necessárias condições de trabalho;

VII – propor a localização das escolas municipais através de adequado planejamento, evitando a dispersão de recursos;

VIII – realizar serviços de assistência educacional destinados a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar;

IX – desenvolver programas de orientação pedagógica objetivando aperfeiçoar o professorado municipal dentro das diversas especialidades, buscando aprimorar a qualidade do ensino;

X – promover a orientação educacional através do aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade;

XI – desenvolver programas no campo do ensino supletivo em cursos de alfabetização e de treinamento profissional, de acordo com as necessidades locais e mão-de-obra;

XII – combater a evasão, a repetência e todas as causas de baixo rendimento dos alunos, através de medidas de aperfeiçoamento do ensino e de assistência ao aluno;

XIII – adotar em calendário escolar para as diferentes unidades que compõem a rede escolar do Município, levando em conta fatores de ordem climática econômica;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

XIV – executar programas que objetivem elevar o nível de preparo dos professores e de sua remuneração, integrando-os com os programas de desenvolvimento de recursos humanos de responsabilidade do Estado e da União;

XV – desenvolver programas especiais de reciclagem para os professores municipais sem a formação prescrita na legislação específica, a fim de que possam atingir gradualmente a qualificação exigida;

XVI – organizar, em articulação com a Secretaria de Administração, concursos para a admissão de professores e especialistas em educação;

XVII – promover a educação pré-escolar e de ensino do 1º grau em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei Orgânica Municipal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

XVIII – estimular e incentivar o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, fornecendo-lhe apoio técnico, administrativo e operacional;

XIX – promover a execução das deliberações do Conselho Municipal de Educação e dos demais Conselhos quando de sua competência;

XX – gerir e coordenar o Fundo Municipal de Educação em conformidade com a legislação vigente.

Seção V

Da Secretaria de Obras e Meio Ambiente

Art. 6º A Secretaria de Obras e meio Ambiente tem por finalidade:

I – executar atividades concernentes à construção e conservação de obras públicas municipais e instalações para a prestação de serviços à Comunidade;

II – executar atividades concernentes à elaboração de projetos e obras públicas municipais e aos respectivos orçamentos;

III – promover a construção, pavimento e conservação das estradas, caminhos municipais e vias urbanas;

IV – promover a execução de trabalhos topográficos indispensáveis às obras e serviços de cargo da Prefeitura;

V – manter atualizadas a planta cadastral do Município;

VI – fiscalizar o cumprimento das normas referentes às posturas municipais;

VII – fiscalizar o cumprimento das normas referentes às construções particulares;

VIII – fiscalizar o cumprimento das normas referentes ao zoneamento e ao loteamento;

IX - promover a construção de parques, praças, jardins públicos, tendo em vista a estética urbana e a preservação do ambiente natural;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

X – administrar parques e jardins do Município;

XI – promover a arborização dos logradouros públicos;

XII – executar atividades relativas à prestação e manutenção dos serviços públicos locais, tais como limpeza pública, cemitérios, matadouros, mercados, feiras-livres e iluminação pública dentre outros;

XIII – administração o serviço de trânsito em coordenação com os órgãos do Estado;

XIV – fiscalizar os serviços públicos ou de utilidade pública concedidos ou permitidos pelo Município;

XV – administrar os serviços de produção de tubos, lajotas, artefatos de cimento e outros materiais de construção;

XVI – manter a guarda municipal;

XVII – coordenar e supervisionar, juntamente com o Conselho Municipal do Meio Ambiente, o levantamento e cadastramento dos recursos naturais, visando à proteção do meio ambiente;

XIX – zelar pela observância das normas de controle ambiental em articulação com os órgãos federais, estaduais e com o Conselho Municipal do Meio Ambiente;

XX – estimular e incentivar o funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente, fornecendo-lhe apoio técnico, administrativo e operacional;

XXI – promover a execução das deliberações do Conselho Municipal do Meio Ambiente e dos demais Conselhos quando de sua competência.

Seção VI Da Secretaria da Saúde

Art. 7º A Secretaria da Saúde tem por finalidade:

I – promover o levantamento dos problemas de saúde da população a fim de identificar as causas, prevenir e controlar as doenças com eficiência;

II – planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde através da elaboração de planos municipais de caráter periódico e de acordo com os objetivos, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Lei Orgânica Municipal;

III – gerir e executar os serviços públicos de saúde bem como os serviços de vigilância epidemiológica, da alimentação e nutrição e de saúde do trabalhador, a fim de garantir uma assistência integral à saúde da população em quantidade suficiente e em qualidade adequada ao nível atual do desenvolvimento científico e tecnológico;

IV – executar programas especiais de assistência à saúde para grupos populacionais de maior risco de adoecer e morrer;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

V – participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

VI – colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar junto aos órgãos municipais, estaduais e federais para controlá-los;

VII – acompanhar, avaliar e divulgar, periodicamente, os indicadores do nível de saúde do Município;

VIII – controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;

IX – manter estrita integração com os órgãos e entidades de saúde estaduais federais no sentido do desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde;

X – estimular e incentivar o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e da Plenária de Entidades da Saúde, fornecendo-lhes apoio técnico, administrativo e operacional;

XI – promover a execução das deliberações do Conselho Municipal de Saúde e dos demais Conselhos quando de sua competência;

XII – gerir e coordenar o Fundo Municipal de Saúde em conformidade com a legislação vigente;

XIII – normalizar complementarmente as ações e os serviços públicos de saúde de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde;

XIV – organizar e promover, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde, as Conferências Municipais de Saúde;

XV – promover a elaboração do nível de consciência sanitária da população através da execução de ações educativas em toda a rede de serviços de saúde e em todas as escolas do Município.

Seção VII

Da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

Art. 8º A Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo tem por finalidade:

I – promover o desenvolvimento cultural do Município através do estímulo ao cultivo das ciências, das artes e das letras;

II – proteger o patrimônio cultural, histórico, artístico e natural do Município;

III – promover e incentivar a realização de atividades e estudos de interesse local, de natureza científica ou sócio-econômica;

IV – incentivar e proteger o artista e o artesão;

V – documentar as artes populares;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

- VI – promover, com regularidade, a execução de programas culturais e recreativos de interesse para a população;
- VII – organizar, manter e supervisionar a Biblioteca Municipal;
- VIII – organizar, manter e supervisionar o Museu Municipal;
- IX – proporcionar meios de recreação sadia e construtiva à Comunidade;
- X – promover e apoiar as práticas esportivas na Comunidade;
- XI – administrar estádios, ginásios, quadras e demais espaços poliesportivos da Prefeitura Municipal;
- XII – executar planos e programas de fomento ao turismo;
- XIII – estimular e incentivar o funcionamento do Conselho Municipal de Esportes, Cultura fornecendo-lhes apoio técnico, administrativo e operacional;
- XIV – promover a execução das deliberações dos Conselhos Municipais de Esporte, Cultura e dos demais Conselhos quando de sua competência;
- XV – organizar, manter e supervisionar o Arquivo Público Municipal.

Seção VIII

Da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Bem-Estar Social

Art. 9º A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Bem-Estar Social tem por finalidade:

- I – promover a realização de programas de fomento à agropecuária, indústria, comércio e todas as atividades produtivas do Município;
- II – incentivar e orientar a formação de associações cooperativas e outras modalidades de organização voltadas para as atividades econômicas;
- III – promover a articulação com diferentes órgãos, tanto no âmbito governamental como na iniciativa privada, visando ao aperfeiçoamento de incentivos e recursos para a economia do Município;
- IV – promover o levantamento da força de trabalho do Município, incentivando e orientando o seu aproveitamento nos serviços e obras municipais, bem como em outras instituições públicas e privadas;
- V – promover a realização de cursos de preparação ou especialização de mão-de-obra necessária às atividades econômicas do Município;
- VI – estimular a adoção de medidas que possam ampliar o mercado de trabalho local;
- VII – levantar problemas ligados às condições habitacionais a fim de desenvolver, quando necessário, programas de habitação e saneamento básico;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

VIII – atender àqueles que procuram a Prefeitura Municipal em busca de ajuda individual, fazer a necessária avaliação e dar orientação e solução cabíveis;

IX – pronunciar-se sobre as solicitações de entidades assistenciais do Município relativos à subvenções ou auxílios, controlando sua aplicação quando concedidos;

X – estimular e incentivar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Defesa do Consumidor, de Desenvolvimento Urbano e Bem-Estar Social fornecendo-lhes apoio técnico, administrativo e operacional;

XI – promover a execução das deliberações dos Conselhos referidos no inciso anterior;

XII –gerir e coordenar o Fundo Municipal de Bem-Estar Social em conformidade com a legislação vigente;

XIII – promover à assistência à criança e ao adolescente, estimulado o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com a Lei nº 8069, de 13/07/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

XIV – estimular e orientar a formação de diferentes modalidades de organizações comunitárias para atuar no campo da promoção social;

XV – elaborar e coordenar os programas de assistência social;

XVI – identificar e incentivar as instituições e entidades que prestam serviço à população;

XVII – implementar, junto às outras Secretarias, programas de suplementação alimentar para atender população de baixa renda;

XVIII – contribuir no processo de conscientização da população, fazendo avançar o seu nível de organização;

XIX – incentivar centros de atendimento a terceira idade, objetivando minimizar a ociosidade e incentivar a força produtiva, lazer e o seu desenvolvimento cultural

Seção IX Dos Órgãos Autônomos

Art. 10. Os órgãos autônomos que compõem a organização administrativa reger-se-ão por leis e regulamentos próprios.

CAPÍTULO III DA IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA

Art. 11. A estrutura administrativa prevista na presente lei entrará em funcionamento, gradativamente, à medida que os órgãos que a compõe forem sendo implantados, segundo as conveniências da Administração e as disponibilidades;

Parágrafo único. A implantação dos órgãos far-se-á através da efetivação das seguintes medidas:



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

I – elaboração e aprovação do Regimento Interno da Prefeitura;

II – provimento das respectivas chefias;

III – dotação dos órgãos dos elementos materiais e humanos indispensáveis ao seu funcionamento;

IV – instrução das chefias com relação às competências que lhes são definidas pelo Regimento Interno;

Art. 12. Quando for baixado o Regimento Interno da Prefeitura previsto nesta lei e providas as respectivas chefias, os órgãos de atual estrutura administrativa, cujas funções correspondem às funções dos órgãos implantados, ficarão automaticamente extintos.

CAPÍTULO IV DO REGIMENTO INTERNO

Art. 13. O Regimento Interno da Prefeitura será baixado por Decreto do Prefeito, no prazo de 90 (noventa) dias; contados da vigência desta lei.

§1º O Regimento Interno explicitará:

I – as atribuições específicas e comuns dos servidores investidos nas funções de chefia;

II – as normas de trabalho que, por sua natureza, não devem constituir disposição em separado;

III – outras disposições julgadas necessárias.

§ 2º No Regimento Interno, o Prefeito Municipal poderá delegar competência às diversas chefias para proferir despachos decisórios, sendo indelegáveis as seguintes atribuições:

I – iniciativa, sanção, promulgação e veto de leis;

II – convocação extraordinária da Câmara;

III – provimento e vacância dos cargos públicos da Prefeitura;

IV – admissão e contratação de serviços a qualquer que seja a categoria, bem como sua demissão, dispensa, rescisão e revisão de contrato;

V – aprovação de regimento;

VI – aprovação de regulamentos;

VII – criação, alteração ou extinção de órgãos, autorizados pela Câmara;

VIII – abertura de créditos adicionais;

IX – aprovação de concorrência pública, qualquer que seja o montante ou finalidade;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

X – autorização de despesas acima de 33' (trinta e três) Unidades Padrão Fiscal do Município (UPFs);

XI - aprovação de loteamento e suas vitórias;

XII – concessão de exploração de serviços públicos ou de utilidade pública, depois de autorizada pela Câmara Municipal;

XIII – permissão de serviços públicos ou de utilidade pública a título precário;

XIV – permissão ou autorização do uso de bens municipais;

XV – alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal, depois de autorizados pela Câmara;

XVI – expedição de decretos;

XVII – celebração de convênios;

XVIII – decretação de desapropriações e instituição de servidões administrativas;

XIX – aquisição de bens imóveis por compra ou permuta, depois de autorizada pela Câmara;

XX – determinação de abertura de sindicância e a instauração de processo administrativo de qualquer natureza;

XXI – quaisquer outros atos que, em virtude de lei ou norma correspondente, devam ser objeto de decreto.

CAPÍTULO V DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E FUNÇÃO DE CHEFIA

Art. 14. Ficam criados os cargos de provimento em comissão constantes do Anexo I desta Lei.

§1º Os cargos de provimento em comissão terão os seguintes níveis de remuneração, previstos na Lei 1030, 26/06/87:

I – Secretários – Nível XIV;

II – Chefes de Departamento – Nível XIII;

III – Assessor de Gabinete – Nível VII;

§2º O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo que for nomeado para o cargo de provimento em comissão poderá optar pelos seus vencimentos do cargo efetivo ou pelo vencimento do cargo em comissão.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 15. As funções gratificadas serão instituídas por decreto para atender a encargos de chefia previstos no Regimento Interno, para as quais não se tenha criado cargo e para direção de unidades de serviços.

§1º A criação de função gratificada dependerá da existência de dotação orçamentária para atender às despesas.

§2º As funções gratificadas não constituem situação permanente, e sim vantagem transitória pelo efetivo exercício da chefia.

Art. 16. As nomeações para os cargos de chefia e as designações para as funções gratificadas obedecerão aos seguintes critérios:

I – os Secretários e o Assessor de Gabinete são de livre nomeação do Prefeito;

II – o Chefe de Departamento de Recursos Humanos e o Chefe do Departamento de Material e Patrimônio e os dirigentes de órgãos de nível inferior aos criados por esta lei serão nomeados ou designados pelo Prefeito, por indicação do respectivo Secretário;

Parágrafo único. Somente serão designados para o exercício de função gratificada servidores públicos municipais ou servidores públicos federais ou estaduais ou, ainda, servidores públicos de outros municípios e de suas autarquias e fundações, postos à disposição da Prefeitura.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Fica o Prefeito Municipal autorizado a complementar a estrutura prevista nesta Lei, criando, através de decreto, os órgãos de nível inferior ao de Secretária.

Art. 18. Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder no orçamento de Prefeitura os reajustamentos que se fizerem necessários em decorrência desta Lei, respeitados os elementos e as funções.

Art. 19. As repartições municipais devem funcionar perfeitamente articuladas em regime de mútua colaboração.

Art. 20. A Prefeitura dará atenção especial ao treinamento dos seus servidores, fazendo-os, à medida das disponibilidades financeiras do Município e das conveniências do serviço, frequentar cursos e estágios especiais de treinamento o aperfeiçoamento.

Art. 21. As despesas decorrentes com a implantação da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 23. Revogadas as disposições em contrário.

Passa Quatro, 15 de setembro de 1993.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes
Diretor Administrativo



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

ANEXO I CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	Nº DE CARGOS	NÍVEL VENCIMENTOS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	01	XIV
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	01	XIV
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO	01	XIV
SECRETÁRIO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE	01	XIV
SECRETÁRIO DE SAÚDE	01	XIV
SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	01	XIV
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E BEM-ESTAR SOCIAL	01	XIV
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	01	XIII
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	01	XIII
ASSESSOR DE GABINETE	01	VII

Passa Quatro, 15 de setembro de 1993.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes
Diretor Administrativo